



A Diáspora Africana, 'Desenvolvimento' & Moderna Teoria Política Africana

The African diaspora, 'development' & modern African political theory

Hakim Adi ¹

¹ Universidade de Chichester, Chichester, West Sussex, Reino Unido. E-mail: adi@chi.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4778-9320>.

Versão original:

Hakim Adi (2002) The African diaspora, 'development' & modern African political theory, Review of African Political Economy, 29:92, 237-251, DOI: 10.1080/03056240208704611

Tradução

Mario Soares Neto, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: mario.soares@ufba.br, mario.adv.soares@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Os intelectuais que se preocupam com o estudo da economia política africana e do 'desenvolvimento' na África muitas vezes negligenciam aquelas ideias que emergiram da diáspora africana, enquanto aqueles que estudam a diáspora africana têm se preocupado mais com questões de 'identidade' do que com o futuro político da África. Este artigo argumenta que, para aqueles que estão preocupados em estudar o anticolonialismo, é difícil separar a história da África e da diáspora africana durante o período colonial no início do século XX. Muitas ideias anticoloniais foram desenvolvidas tanto na diáspora como nas capitais da Europa, como no continente africano. Ideologias como o Pan-Africanismo, que se desenvolveu na diáspora em geral, e na Grã-Bretanha em particular, se basearam nas mesmas fontes do século XIX que impunham noções eurocêntricas sobre a ideologia do nacionalismo africano. No entanto, tais ideologias, desenvolvidas por ativistas da diáspora, criaram a base para estratégias alternativas não apenas para a luta anticolonial, mas também para uma moderna teoria política africana, um requisito necessário para o desenvolvimento centrado nas pessoas nos estados africanos pós-coloniais.

A 'Diáspora Africana' recebeu muita atenção acadêmica na última década, especialmente nos Estados Unidos, onde tem havido um interesse renovado em diásporas e 'estudos transnacionais' em geral, uma reflexão, em parte, de crescentes preocupações acadêmicas em relação às consequências adversas da globalização. Diversos textos importantes sobre o tema da diáspora africana já apareceram, houve numerosas conferências, assim como o desenvolvimento de alguns programas acadêmicos. Na Grã-Bretanha, por outro lado, embora algumas conferências tenham sido realizadas, além do bem conhecido trabalho de Gilroy (1993) e alguns textos mais recentes, (Ackah, 1999; Bush, 1999; Walvin, 2000) parece existir pouco interesse acadêmico no conceito, em geral, e na história e características da diáspora africana na Grã-Bretanha, em particular. Não há programas acadêmicos focalizando a diáspora africana, algo que parece ter sido largamente omitido nos centros acadêmicos especializados em estudos africanos. Tal ausência de interesse acadêmico é talvez um pouco estranha tendo em mente o papel de liderança que a Grã-Bretanha desempenhou na criação da moderna diáspora africana e o papel que a diáspora africana desempenhou na formação da Grã-Bretanha moderna.

Na Grã-Bretanha, esse problema de omissão também pode ter sido agravado, como Zack-Williams (1995) argumentou, por diferenças de enfoque entre disciplinas, com o resultado de que alguns dos que estudam a diáspora, muitas vezes, mas não apenas, teóricos culturais têm quase nenhuma preocupação com as questões relacionadas com a África, por exemplo, o 'desenvolvimento' econômico e político no continente africano. Enquanto aqueles preocupados com 'estudos de desenvolvimento' e política africana, prestam pouca atenção à diáspora africana. Embora pareça provável que disciplinas separadas mantenham um foco que reflita suas diferentes origens e preocupações, é claro que é sempre verdade que elas podem ter algo para aprender umas com as outras. Olhando para a história moderna da África e da diáspora africana, é difícil ver como as duas realidades podem ser inteiramente separadas, particularmente durante o período colonial. Este artigo tentará



mostrar porque é esse o caso, e buscará argumentar que, no domínio das ideias políticas, existem ligações importantes entre a diáspora e o continente.

No início do século XXI, a necessidade de um corpo de ideias políticas africanas, ou a moderna teoria política africana, talvez devesse ser maior na agenda, mais do que nunca, para todos aqueles que têm alguma preocupação com a África e seu futuro, porque, nas circunstâncias atuais, talvez não seja uma simplificação excessiva dizer que os avanços que a África e os africanos fizeram no século XXI estão sendo revertidos. Hoje, a África sofre de muitos dos mesmos problemas que enfrentou no final do século 19. As grandes potências estão mais uma vez envolvidas em uma disputa por esferas de influência, recursos e mercados. O continente está sendo dividido ou, para ser mais preciso: re-dividido sob a bandeira do "humanitarismo", a defesa dos valores 'civilizados' e a preocupação com os Estados 'falidos' e 'fracos', os equivalentes modernos da 'missão civilizadora' e do 'fardo do homem branco', os quais foram apresentados pelos imperialistas como justificativas para a conquista colonial há mais de um século. Mas em vez de exércitos coloniais, os estados por procuração estão a ser financiados e desenvolvidos para policiar o continente e intervir nos assuntos dos países nominalmente independentes e soberanos com base na revisão pelos pares africanos dos 'parâmetros de boa governança'. Esperando nos bastidores, os interesses mais predatórios estão preparando uma intervenção ainda mais flagrante sob o disfarce da chamada 'guerra contra o terrorismo' ou do plano do G8 / FMI para anexar as falidas 'empresas do país'. Além disso, o continente enfrenta as formas modernas de escravidão e dívida, bem como o flagelo do HIV / AIDS. Mais uma vez, a África e os africanos sofrem severos ataques de fora e dentro do continente. Para muitos governos em todo o mundo, o racismo é uma política preferida e a África é apresentada como um continente onde 'desenvolvimento' e mudança só podem ser trazidos de fora. Quanto aos africanos, afirma-se ainda, não podem ser criadores de sua própria história.

O termo 'desenvolvimento', quando aplicado à África, é agora visto como problemático. O desenvolvimento africano pode ser pensado em um sentido puramente econômico, mas como tem sido apontado por muitos, e talvez mais notavelmente pelo historiador e ativista Walter Rodney (1972), que o desenvolvimento econômico não pode ser entendido separadamente do desenvolvimento total da sociedade e os fatores que avançam e retardam tal desenvolvimento. Para o continente africano, a moderna relação histórica com a Europa, estabelecida através do comércio transatlântico de escravos, a incorporação à economia mundial capitalista, o desenvolvimento do imperialismo e a "disputa" e divisão da África que levou à imposição do domínio colonial foram obviamente todos os fatores que prejudicaram e retardaram o desenvolvimento independente das sociedades africanas e os seus recursos humanos e materiais. Mas os modelos pós-coloniais ou, antes, neocoloniais, de "desenvolvimento", impostos pelo FMI / Banco Mundial e pelo ditame das grandes potências e seus ideólogos, também retardaram o desenvolvimento das sociedades e povos africanos, exacerbaram as dificuldades deixadas pelo legado do domínio colonial, e somado aos problemas que o



continente e o mundo enfrentam como um todo (Barratt Brown, 1995). Além disso, o legado do domínio colonial ofereceu à África todo um conjunto de noções eurocêntricas, não apenas relacionadas ao "desenvolvimento", mas também às instituições políticas, ao Estado-nação, à "boa governança", à economia de livre mercado e a assim chamada 'democracia representativa'.

A busca certamente está nos chamados modelos africanos de desenvolvimento. Mas se algo chamado 'desenvolvimento' ocorrer na África, ele deve, necessariamente, ser centrado nas pessoas, deve ser parte do desenvolvimento total das sociedades africanas em que a maioria das pessoas toma o lugar central, em que seus direitos são garantidos e eles são verdadeiramente empoderados para determinar seus próprios destinos. O século XX mostrou que qualquer outra forma de 'desenvolvimento' significa uma continuação da exploração da África e dos africanos, seu empobrecimento e marginalização. Mas como esta 'participação popular no desenvolvimento' acontece? Pode ser apenas o resultado da experiência adquirida através de lutas armadas de libertação nacional, como as lutas travadas contra o domínio colonial português nas suas antigas colônias africanas, ou através das lutas travadas na Eritreia e na Etiópia contra um regime militar opressor? (Davidson, 1992). Pode ser que seja a partir de lutas deste tipo que a necessidade de estabelecer democracia participativa em vez de representativa tenha surgido e demonstrado que existem alternativas aos modelos eurocêntricos de 'democracia e desenvolvimento'. Ao mesmo tempo, é claro que a busca por modelos alternativos de desenvolvimento e por uma moderna teoria política africana havia começado muitos anos antes.

Existe uma obra bem conhecida de Basil Davidson (1992: 290), na qual examina o fracasso do Estado-nação, ele conclui que este processo se tornou "uma algema no progresso" da África moderna. Davidson traça a fonte do desenvolvimento de ideias políticas modernas na África e argumenta que essas ideias devem ser encontradas no pensamento e na escrita de africanos educados do século XIX e seus sucessores. Muitos desses africanos, o autor argumenta, estavam alienados de suas próprias sociedades e prejudicados por sua incapacidade de enxergar além dos confins escravizantes do Estado-nação ou por buscar em sua própria história soluções para os problemas da sociedade. Os ativistas e políticos anticoloniais da África também foram muito criticados por adotarem esses modelos econômicos e políticos eurocêntricos, visto que ficaram cegos, tiveram seus olhos firmemente fixados no prêmio do 'Reino Político', embora essa fixação tenha sido compartilhada por muitos outros na época. De fato, alternativas para os modelos nacional-estatais e eurocêntricos, bem como soluções e modelos africanos, foram amplamente discutidos mesmo durante o período colonial. Na Grã-Bretanha, entre as seções da diáspora africana, tais ideias alternativas foram discutidas e desenvolvidas, embora a origem de algumas dessas ideias também possa ser rastreada até os mesmos africanos cultos do século 19, através dos quais, como Davidson observa, ideias políticas da Grã-Bretanha do século 19 criaram raízes em solo africano '(1992: 26).



Os africanos da diáspora tinham acesso a uma vasta gama de ideias para moldar ideologias que consideravam mais adequadas à libertação de África. Talvez não seja uma coincidência que muitos dos principais ativistas e pensadores que discutiram e lutaram por tais alternativas para a África e para os africanos fossem representantes da diáspora, como W. E. B. Du Bois, George Padmore e Frantz Fanon. Enquanto muitas das figuras mais significativas na luta continental pelos africanos para determinar seu próprio destino no século 20, como Nkrumah e Cabral, passaram muitos de seus anos de formação temporariamente dentro e como parte da diáspora. As ideologias do anticolonialismo eram geralmente desenvolvidas inicialmente em Londres, Paris e nas redes políticas da diáspora, tanto quanto no continente. Em muitos aspectos, a política da diáspora pode ser vista como parte integrante da moderna política africana, um fator que é impossível ignorar.

Este artigo tem como objetivo delinear como as ideias das mesmas fontes africanas educadas do século 19 assumiram um caráter diferente entre a diáspora africana na Grã-Bretanha e, de certa forma, estabeleceram a base para um caminho alternativo para as lutas anticoloniais e para o desenvolvimento centrado nas pessoas nos estados africanos pós-coloniais. Isto foi assim apesar das tentativas das autoridades coloniais de limitar as atividades anticoloniais por parte dos africanos no exterior e de tentar produzir principalmente líderes pós-coloniais 'responsáveis' de suas fileiras. De fato, a permanência de jovens africanos do continente nas terras centrais das potências imperiais serviu muitas vezes para radicalizá-los e para radicalização das suas ideias.

A Diáspora Africana

Segundo George Shepperson (1993: 41), a expressão 'diáspora africana', que se refere a todos os afrodescendentes fora do continente africano, parece ter surgido no período de meados da década de 1950 a meados da década de 1960, coincidindo com o início do fim do domínio colonial formal na África subsaariana e grande parte do Caribe e da luta contra o racismo e pelos "direitos civis" nos Estados Unidos. O conceito da diáspora africana como 'modo de estudo' é frequentemente datado de 1965, quando o Congresso Internacional de Historiadores Africanistas, reunido na Tanzânia, incluiu dois endereços que empregam a frase: Introdução à Diáspora Africana, de Joseph E. Harris, e O africano no exterior ou a diáspora africana, de Shepperson.

Mas o conceito de uma diáspora existia claramente muito antes disso. Em 1880, o famoso escritor e diplomata do século 19, nascido no Caribe e afrodescendente, Edward Wilmot Blyden, proferiu um discurso intitulado 'Etiópia Esticando as Mãos para Deus: ou Serviço da África para o Mundo'. Seu endereço forneceu o que George Shepperson (1993: 43) chamou de "um manifesto da diáspora africana". Para Shepperson, a origem do conceito de uma diáspora africana remonta ao século 19 e à luta para defender a África e os africanos da visão racista emergente de que a África não teve papel significativo na história mundial. Esta visão foi mais



infame resumida nas palavras do filósofo alemão G.W. Hegel, que no início da década de 1830, não só afirmou que a África "não era parte histórica do mundo", mas também que "não havia movimento ou desenvolvimento para existir". Blyden e outros representantes do século 19 da África e da diáspora, como Martin Delany, Alexander Crummell, James Africanus Horton e outros, adotaram uma visão contrária e foram, assim, os defensores da ideia de um desenvolvimento centrado no africano, dos africanos como fabricantes de sua própria história. Mas, paradoxalmente, como Davidson aponta (1992: 37), muitos desses eloquentes defensores de tradições africanas como Horton na verdade viram muito pouco na África de sua época para defender ou construir o futuro. Eles podem ser vistos mais como modernizadores do que como tradicionalistas e, mesmo se considerassem que deveriam ser representantes educados da diáspora africana que desempenhariam o papel de liderança no futuro da África, eles procuravam modelos e instituições europeias ou americanas como meios para estabelecer a 'regeneração' da África.

No entanto, os defensores da África e da diáspora no século 19 e sua luta contra os aspectos mais flagrantes do eurocentrismo e do racismo não podem ser simplesmente descartados. Eles lançaram o desafio e conclamaram todos os descendentes de africanos a se preocuparem com o futuro da África. Blyden e Horton, em particular, continuaram a exercer influência em toda a diáspora, mesmo no século 20. Horton, por exemplo, declarou que seus objetivos eram desenvolver entre os africanos ocidentais uma 'verdadeira ciência política' e 'provar a capacidade dos africanos por possuírem um governo político real e independência nacional'. Ele identificou-se fortemente com as tentativas feitas por africanos para desenvolver novas políticas na África Ocidental, como as Confederações de Fanti e Accra. Tanto Horton como Blyden previram a possibilidade da criação de um estado da África Ocidental, um conceito que mais tarde desempenhou um papel importante no pensamento de Kwame Nkrumah.

Talvez, como argumentaram alguns historiadores, esse conceito de uma diáspora africana possa ser datado ainda mais para trás na história, e alguns aspectos dele certamente podem ser encontrados em alguns dos escritos de Equiano e Cugoano, os líderes radicados em Londres: 'Sons of Africa', no século XVIII. Seja como for, entre os meados dos anos 19 e meados dos 20, a diáspora africana continuou a desenvolver sua própria consciência política, idéias e organizações políticas, influenciadas, mas nem sempre, inteiramente na linha traçada por Blyden e outros precursores. A principal orientação cultural e política adotada foi moldar o Pan-Africanismo, tanto como movimento quanto como um ideia, correspondendo às necessidades e exigências de todos aqueles cujo exílio do continente africano era uma consequência do impacto do tráfico transatlântico de escravos, do colonialismo moderno e imperialismo. O pan-africanismo, como um apelo à luta unida dentro da África, também se desenvolveu como um reflexo das lutas pela libertação dos africanos que permaneceram no continente, e nas suas formas variadas desempenhou um papel significativo nas tentativas do século XX para encontrar um caminho de libertação para a África. Este presente da diáspora encontrou sua última forma nos



planos para a nova União Africana que será totalmente inaugurada em 2002. A União Africana é projetada para criar união econômica e política no continente e para combater as consequências da globalização, mas já foi visto por alguns líderes africanos como trazendo um 'Estados Unidos da África', o sonho de alguns pan-africanistas anteriores, um passo mais perto disto.

A Diáspora Africana na Grã-Bretanha

É importante enfatizar aqui que a diáspora africana, se a definirmos simplesmente como africanos no exterior, é uma entidade longe de ser homogênea. Se considerarmos a Grã-Bretanha como um exemplo, existem comunidades de "africanos no exterior" que podem traçar sua linha direta de descendência até os ancestrais que chegaram pela primeira vez da África, do Caribe e das Américas no século XIX e talvez até antes; comunidades daqueles que chegaram de várias partes da África e outras partes da diáspora no período pós-1945, bem como os requerentes de asilo e migrantes econômicos recentes. Existem grandes comunidades originárias do Caribe e da América Central; e de todas as diferentes regiões da África, incluindo antigas colônias britânicas, bem como países como Etiópia, Eritreia, Angola e Marrocos. Um importante papel desta diáspora africana na Grã-Bretanha é que ela funciona como um canal entre a África e a Europa. Esse é mais claramente o caso, no sentido econômico muito básico, de que aqueles no exterior enviam remessas "para casa" na África, mas também no sentido de que aqueles do continente que estão no exterior formam um elo entre a vida política na África, Grã-Bretanha e Europa. Os africanos do continente formam organizações para fazer lobby em governos e agências no exterior, organizam grupos de oposição de vários tipos e também podem participar das discussões, debates e atividades das comunidades pan-africanas e anti-imperialistas mais amplas. Tais atividades ainda fazem parte da vida dos "exilados" hoje, mas talvez fossem ainda mais importantes quando as comunicações eram muito mais lentas e o inimigo mais aparente durante a era colonial.

Em muitas discussões Americocêntricas sobre a diáspora africana, não é incomum descobrir que a Europa e, portanto, a Grã-Bretanha, são omitidas por completo. Ainda assim, foi a Europa que foi em grande parte responsável pela criação da diáspora e na Europa, especialmente na primeira parte do século XX, foi onde muitas questões de interesse fundamental para o futuro da África foram discutidas. O que também é muitas vezes esquecido é o papel dos africanos do continente, temporariamente parte da diáspora na Europa, que fizeram suas próprias contribuições para o progresso da África, que inspiraram outros na diáspora para uma nova apreciação de sua identidade e lugar no mundo e, em certas ocasiões, até afirmou que o continente africano deve desempenhar o papel de liderança no progresso futuro da própria diáspora africana. Muitos desses 'africanos no exterior', como Cabral, Senghor e Nkrumah, eram aqueles que se tornariam os novos líderes



políticos dos estados africanos pós-coloniais. Foi também durante a sua permanência no estrangeiro como parte da diáspora, que essas ideias políticas foram formadas e desenvolvidas, que deveriam orientar a luta anticolonial, bem como a direção dos novos estados africanos no período pós-colonial. Assim, os africanos do continente foram influenciados por suas experiências no exterior, não apenas pelo contato com os desaparecidos, ao mesmo tempo em que tiveram a oportunidade de trazer os da diáspora para um contato mais próximo com a África.

A importante influência que os africanos do continente exerciam sobre os da diáspora talvez possa ser avaliada a partir do testemunho do famoso afro-americano Paul Robeson (1998: 33), que escreveu sobre o tempo que passou na Grã-Bretanha que:

Londres era o centro do império britânico e foi lá que descobri a África. Isso mesmo, que influenciou minha vida desde então, deixou claro que eu não viveria minha vida como um inglês adotivo, e passei a considerar que eu era um africano.

Robeson, um dos principais artistas culturais e ativistas políticos do século 20 passou muitos dos seus anos politicamente formadores na Grã-Bretanha durante o final dos anos 1920 e 1930. Muito do seu tempo foi gasto com a população africana na Grã-Bretanha, com estudantes e intelectuais como Nkrumah, Azikiwe, Kenyatta e suas organizações, como a União dos Estudantes da África Ocidental, bem como com trabalhadores africanos, especialmente marinheiro e suas organizações, em alguns dos principais portos da Grã-Bretanha. Em seus escritos, Robeson explica não só como ele adotou uma identidade "africana" e abraçou o estudo das línguas e culturas africanas, mas como seu orgulho na África levou-o a falar em defesa da África e suas culturas, e a cultura de seu próprio povo afro-americano, bem como contra o racismo e o eurocentrismo. Essa abordagem levou-o a tomar uma posição cada vez mais política também. Como ele diz, foi através do seu interesse em África e da discussão com os africanos que visitou a União Soviética pela primeira vez e explica que à medida que se tornou mais "africano", mais sentia "a unidade com os trabalhadores de todos os países". Robeson pode ser considerado um indivíduo excepcional, certamente sua abordagem à questão da identidade pode fornecer muito alimento para os teóricos culturais, mas o que sua experiência também mostra é a importância da inter-relação entre a África e a diáspora na Grã-Bretanha. Robeson, claro, continuou a defender a causa da África e dos africanos, bem como a causa de todos aqueles que lutam por um novo mundo. Em 1937, ele ajudou a fundar a organização que se tornou o Conselho dos Assuntos Africanos, uma das organizações mais eficazes de apoio à luta anticolonial na África, até que as ações repressivas do governo dos EUA levaram ao seu desaparecimento no início dos anos 1950. A própria perseguição de Robeson pelo governo dos EUA, e a revogação de seu passaporte em 1950, justificavam-se com base no fato de ele ter sido 'extremamente ativo politicamente em nome da independência dos povos coloniais da África' (Von Eschen, 1997: 1).



O desenvolvimento pessoal e político de Robeson e suas subseqüentes atividades políticas destacam o importante papel que a Grã-Bretanha desempenhou como centro de discussão política, rede e organização durante o período colonial. Muitas vezes, na Grã-Bretanha, ocorreram muitas ações anticoloniais, onde importantes redes anticoloniais ligando indivíduos e organizações na Grã-Bretanha com as da África, América e outros países foram estabelecidas, onde contatos diretos podiam ser feitos com representantes do governo imperial, e onde, às vezes, homens jovens e às vezes mulheres passaram por treinamento político para futuras atividades anticoloniais na África. Era claramente um importante centro para a transferência e troca de idéias de uma variedade de fontes, como o exemplo de Robeson ilustra.

Os refugiados da África chegaram pela primeira vez à Grã-Bretanha, séculos antes do comércio transatlântico de africanos escravizados, mas números significativos chegaram durante o final do século XVII e século XVIII. No século XVIII, os africanos haviam estabelecido a primeira organização política africana na Grã-Bretanha - os Filhos da África - liderada pelos famosos ativistas políticos e abolicionistas da África Ocidental Olaudah Equiano e Ottobah Cugoano. Os africanos do século XVIII e seus partidários desempenharam um papel vital no combate ao racismo, conscientização pública sobre a África, os africanos e os horrores da escravidão e do comércio de escravos em um momento político chave e que o movimento abolicionista tornou-se um dos maiores e mais eficazes movimentos na história da Grã-Bretanha e um dos primeiros a envolver as massas de pessoas comuns. Mesmo nesse período, os africanos na Grã-Bretanha desenvolveram suas próprias perspectivas sobre os problemas enfrentados pelo continente africano, organizaram-se e agiram sobre eles, embora muitas vezes influenciados por idéias políticas radicais na Grã-Bretanha. Equiano, por exemplo, era membro da revolucionária London Corresponding Society e tinha conexões com o movimento nacionalista revolucionário na Irlanda. O reconhecimento da unidade de todos aqueles que lutam pela emancipação era um dos princípios mais importantes estabelecidos nessa época, assim como a visão de que a luta pelos direitos de todos era indivisível. Foi um sentimento que permaneceu na vanguarda política da diáspora africana na Grã-Bretanha no século XX.

No século XX, durante a era do domínio colonial, as tarefas enfrentadas pelos africanos mudaram drasticamente em relação às que enfrentavam seus predecessores. O racismo assumiu formas modernas e uma 'barreira racial' única operou em toda a Grã-Bretanha. Os africanos deviam ser tratados como cidadãos de segunda classe, como convinha a seu status colonial, enquanto o próprio domínio colonial era apresentado como uma tutela benevolente, um "mandato duplo" de preparar sujeitos coloniais e seus recursos para o autogoverno em um futuro distante. A diáspora africana na Grã-Bretanha organizou-se para combater o domínio colonial e suas conseqüências. Os africanos estabeleceram as suas próprias organizações políticas que fizeram lobby e subseqüentemente exigiram e organizaram-se para o fim do domínio colonial. Na década de 1940, as organizações africanas estavam estabelecendo planos mais detalhados para o futuro desenvolvimento econômico e político da África e rejeitando abertamente os caminhos que pareciam oferecer apenas mais



exploração e dependência. Neste esforço, os africanos na Grã-Bretanha trabalharam juntos não apenas com outros membros da diáspora na Grã-Bretanha, mas também com indivíduos e organizações na África, nos EUA, na Europa, América do Sul e Caribe, bem como com os movimentos anticoloniais na Grã-Bretanha, que incluiu indivíduos e organizações ligadas a muitos dos países dentro do império britânico. Durante as décadas de 1930 e 1940 em particular, houve uma importante troca de ideias e experiências que estabeleceram muitas das condições para a criação na Grã-Bretanha de um movimento unido contra o colonialismo e o imperialismo.

Esta situação talvez melhor ilustrada pelo trabalho da União dos Estudantes da África Ocidental (WASU), muito mais do que apenas uma organização estudantil, como o próprio nome sugere (Adi, 1998). Esta organização, que foi fundada em Londres em 1925, organizou e fez campanha durante todo o período colonial e, além disso, ainda existia nos anos 70. A mudança de membros da WASU, tirada principalmente das quatro colônias britânicas da Nigéria, Costa do Ouro, Gâmbia e Serra Leoa, foi forçada a confrontar o racismo, a barreira racial e o eurocentrismo e foi inicialmente estabelecida em parte para "atuar como uma agência de informação" sobre História, costumes, leis e instituições africanas, bem como "um centro de pesquisa sobre todos os assuntos relacionados à África e seus desenvolvimentos". A WASU logo estabeleceu seu próprio jornal, que, entre outras coisas, apresentava artigos sobre as culturas tradicionais da África Ocidental, incluindo artigos sobre instituições políticas tradicionais. Tudo isso era parte da preocupação dos africanos com a construção da nação, mas ao invés de focar suas preocupações nos futuros Estados-Nações, os membros da WASU nos anos 1930 aguardavam o momento em que toda a África Ocidental constituiria uma unidade política, e eles tentaram estabelecer as condições para essa "nação" da África Ocidental e os meios para afirmar "a individualidade da África Ocidental" na Grã-Bretanha.

O conceito de "nacionalidade" da África Ocidental pode parecer bastante estranho hoje. Certamente não foi uma ideia completamente nova e deveu muito aos escritos e ideias dos 19 'construtores de nações', como Blyden e Serra Leoa, James Africanus Horton. Também estava muito ligado aos esforços políticos e econômicos da burguesia embrionária da África Ocidental anglófona. Esses mercadores e profissionais, a "elite educada no Ocidente", que estava interconectada e frequentemente casada, reconheceram a possibilidade de uma política baseada em torno de uma África Ocidental unida, em vez de uma "nação-estado" do futuro. Com o propósito de agitar por tal política, ativistas do século 20, como J. E. Casely Hayford, estabeleceram o breve Congresso Nacional da África Ocidental Britânica, como organização intimamente conectada e inicialmente inspiradora das atividades da WASU na Grã-Bretanha. Casely Hayford e outros procuraram formas de modernizar a sociedade africana e recorreram a uma variedade de modelos, sendo um dos mais importantes, o modelo do Japão moderno. Apesar das muitas fraquezas de suas ideias políticas, também procuraram alternativas ao eurocentrismo.



Os esforços desses jovens africanos ocidentais não permaneceram apenas no nível de uma preocupação pelas instituições sociais e políticas tradicionais, com a identidade ou a luta contra o racismo e o eurocentrismo, embora estas fossem importantes em si mesmas. Estavam principalmente preocupados com o futuro do próprio domínio colonial e com a forma como esse sistema opressivo poderia ser reformado e eventualmente encerrado. Na busca por respostas a essas perguntas, eles participaram da criação de redes anticoloniais que se estendiam ao redor do mundo. A organização e suas campanhas tornaram-se um campo de treinamento para aqueles que mais tarde voltaram para casa para se unir ao movimento anticolonial na África Ocidental, na verdade a WASU estabeleceu suas próprias filiais em toda a África Ocidental, o que criou a base para os movimentos anticoloniais da juventude dos anos 1930 e os movimentos anticoloniais de massas do período pós-1945.

A WASU estava em contato com todos os principais ativistas e organizações da África Ocidental e começou a atuar como um canal de encaminhamento de informações para organizações solidárias na Grã-Bretanha e direcionando reclamações e demandas anticoloniais diretamente ao governo imperial, muitas vezes com a ajuda de parlamentares simpatizantes. No curso dessa atividade, estabeleceu alianças e vínculos com uma série de organizações na Grã-Bretanha, incluindo o Partido Liberal, o Departamento Colonial Fabiano, o Conselho Nacional de Liberdades Cívicas e o Partido Comunista. Através desses meios, não só os assuntos da África Ocidental foram discutidos no parlamento, mas também, mais importante, entre muitas pessoas comuns na Grã-Bretanha. Estabelecer uma plataforma comum com o movimento anticolonial na Grã-Bretanha foi uma das tarefas mais importantes assumidas pela diáspora africana na Grã-Bretanha nesse período. Ao mesmo tempo, organizações e indivíduos na África Ocidental, bem como africanos na Grã-Bretanha, ficaram expostos a toda uma gama de ideologias e abordagens políticas que poderiam usar em seu pensamento sobre o futuro da África. Somam-se a isso as conexões estabelecidas com indivíduos em toda a diáspora africana, estudantes das colônias francesas residentes em Paris, representantes de organizações afro-americanas como Robeson e Du Bois, vinculados a organizações anticoloniais e anti-imperialistas no Caribe e América do Sul, na Índia e outras partes da Ásia. Enquanto eles estavam no coração do império, eles também estavam em contato constante com outras organizações da diáspora africana na Grã-Bretanha, onde um novo marxismo influenciou o pan-africanismo e estava se desenvolvendo rapidamente, ademais toda uma variedade de planos para a futura libertação da África estava sendo feita.

As propostas feitas por representantes da WASU para o futuro desenvolvimento econômico e político na África Ocidental durante a década de 1940, em geral, não incomodaram muito as autoridades coloniais. A WASU foi uma das primeiras organizações a exigir a independência de algumas das colônias da África Ocidental em 1942, mas muitas de suas outras propostas não estavam fora das ideias já desenvolvidas no Escritório Colonial Britânico para reformas pós-guerra. Mas mesmo durante esse período os africanos ocidentais e seus partidários na Grã-Bretanha estavam exigindo o fim da monocultura e do pagamento da dívida e apresentando a visão de



que as economias africanas deveriam ser administradas no interesse dos produtores e não dos monopólios estrangeiros.

No entanto, em meados da década de 1940, a noção de "nacionalidade" da África Ocidental ressurgiu no pensamento da Secretaria Nacional da África Ocidental (WANS), uma organização liderada por Kwame Nkrumah e o veterano líder trabalhista da Serra Leoa, Isaac Wallace Johnson. Esta organização relativamente curta, mas importante, continuou a tradição de alguns de seus predecessores. O objetivo era trabalhar tanto entre organizações dentro da África Ocidental, "com vistas a realizar uma Frente da África Ocidental para uma Independência Nacional da África Ocidental Unida", e entre os povos e a classe trabalhadora em particular nos condados imperialistas, para educá-los sobre os problemas da África Ocidental. Os objetivos da WANS deixam claro que ela se via muito na vanguarda da luta pela "independência absoluta de toda a África Ocidental", mas também na luta para unir a África Ocidental como "um só país". O que era novo sobre a concepção da WANS era que a nacionalidade da África Ocidental era vista em termos de uma União Soviética da África Ocidental que se estenderia até o Quênia e o Sudão no leste e incluiria não apenas os territórios das colônias britânicas, mas também os franceses e Colônias belgas também (Adi, 1998: 37). Assim, as características significativas do nacionalismo da África Ocidental da WANS não foram apenas o fato de acreditar que ele deveria ter um caráter socialista, um reflexo do prestígio que a União Soviética gozava na época, mas também de acreditar em uma África Ocidental unida independentemente de divisões territoriais "como a base para a unidade mais ampla e independência de todo o continente. Os planos feitos pela WANS, incluindo tentativas de estabelecer "o núcleo do Governo do Estado da África Ocidental", nunca foram totalmente implementados. Apesar de discussões com representantes de africanos nas colônias francesas, o repentino retorno de Nkrumah à Costa do Ouro em 1947 para buscar o "reino político" levou ao rápido fim do WANS e seus planos para uma União Soviética da África Ocidental.

Além de ser um defensor do "nacionalismo" da África Ocidental, Nkrumah também desempenhou um papel fundamental no movimento pan-africano. O pan-africanismo, tanto em suas manifestações diaspóricas quanto continentais, também forneceu uma abordagem alternativa importante àquela desenvolvida em torno de modelos políticos e econômicos eurocêntricos e do Estado-nação. Algumas vezes esquecemos que a Grã-Bretanha era um centro muito importante para o desenvolvimento desse movimento e de sua ideologia e, portanto, pode ser útil neste momento revisar brevemente a contribuição feita durante o período colonial pelo pan-africanismo, à questão do desenvolvimento futuro da África.

Pan-Africanismo



Em 1945, no Congresso Pan-Africano realizado em Manchester, na Grã-Bretanha, os delegados declararam:

Exigimos para a África Negra autonomia e independência, até agora e não mais do que é possível neste "Mundo Único" para grupos e povos se governarem sujeitos à inevitável unidade e federação mundial ... Nós não estamos dispostos a passar fome enquanto fazemos a labuta do mundo para sustentar pela nossa pobreza e ignorância uma falsa aristocracia e um imperialismo desacreditado. Condenamos o monopólio do capital e o domínio da riqueza privada e do lucro privado da indústria. Queremos a democracia econômica como a única democracia real (Adi & Sherwood, 1995: 55).

Este manifesto contém palavras que ainda são verdadeiras para a grande maioria das pessoas na África. Também contém, ainda que de forma embrionária, um plano para uma futura África, na qual os povos têm o poder de determinar seus próprios futuros econômicos, sociais e políticos. É interessante que, ao elaborar este projeto para uma futura África, os delegados também fossem claros sobre como isso poderia ser alcançado. Eles viram que somente através da organização das massas do povo, pelos trabalhadores e camponeses em si desempenhando um papel de vanguarda, o 'desenvolvimento' africano, bem como a independência, poderiam realmente ser alcançados. Em 1945, o pan-africanismo organizado na Grã-Bretanha havia estabelecido que o futuro desenvolvimento africano exigia uma ruptura completa com o domínio colonial e muitos dos modelos eurocêntricos e instituições impostos por ele, mas como essa nova visão para o futuro da África se desenvolveu?

Faz agora mais de um século desde que as primeiras conferências de caráter reconhecidamente pan-africano foram realizadas em Chicago e Atlanta nos Estados Unidos e desde o primeiro encontro internacional a ser formalmente intitulado como conferência Pan-Africana foi organizado pela organização com base britânica African Association em Londres em 1900. Os historiadores ainda debatem a questão de exatamente onde e quando o termo 'Pan-African' foi usado pela primeira vez, mas há um consenso geral de que esse termo e as idéias políticas e atividades associadas a ele se originaram fora do continente africano entre as populações diaspóricas que residem principalmente nas Américas e na Europa. Assim, o Pan-Africanismo, em sua origem e desenvolvimento inicial, foi uma criação política e cultural da diáspora africana, um meio pelo qual os africanos que estavam permanente ou temporariamente no exílio poderiam reafirmar suas identidades em sociedades onde o racismo era endêmico e poderiam unir-se para objetivos econômicos, sociais e políticos comuns. Mas quais eram exatamente esses objetivos, como eles se relacionavam com os problemas do desenvolvimento africano e essas questões são de alguma relevância hoje?

Como muitos observaram, definir 'Pan-Africanismo' não é tarefa fácil. O caráter do movimento pan-africano organizado mudou claramente e consideravelmente entre a época da primeira Conferência Pan-Africana, realizada em Londres em 1900, e o sétimo Congresso Pan-Africano, realizado em Kampala em 1994. A África, e não a diáspora, afirmou-se agora como o centro do Pan-Africanismo. A África não apenas forneceu o local para os dois congressos Pan-Africanos mais recentes, mas, pode-se argumentar, adotou e desenvolveu a própria noção, mais recentemente estabelecendo as condições para a criação da nova União Africana. Assim, as



noções do Pan-africanismo do século XX têm alguma relevância hoje ou estão completamente conectadas com preocupações agora ultrapassadas originadas entre populações da diáspora? As perspectivas anteriores desenvolvidas por tais populações podem fornecer lições úteis hoje e ajudar o avanço político e econômico da África?

Durante o século XX, a Grã-Bretanha foi a principal potência colonial em toda a África e no Caribe. Muitos africanos, bem como os descendentes de africanos, tinham sido obrigados a construir a sua casa na Grã-Bretanha e, no início do século XX, uma população africana significativa, muitas vezes com fortes laços com o continente, residia na Grã-Bretanha. Além disso, migrantes temporários e permanentes das colônias britânicas no Caribe e de outros lugares da diáspora viviam, estudavam e trabalhavam na Grã-Bretanha no coração do império. Estudantes e intelectuais formaram uma pequena, mas importante parte desta população, da qual surgiu a primeira forma organizada de Pan-Africanismo - um presente daqueles que vieram da diáspora que poderia colocar os que estavam no continente no caminho da libertação no início do século XX.

Os pan-africanistas de 1900 assumiram os dois principais problemas que a África e todos os afrodescendentes enfrentam em todo o mundo: o colonialismo e o racismo. Mas as soluções encontradas foram concebidas principalmente para melhorar 'a condição do negro oprimido na África, na América, no Império Britânico e em outras partes do mundo' (Esedebe, 1982: 53), embora a declaração final em 1900 tenha sido, 'Para as Nações do Mundo', falou da necessidade de fornecer o mais rapidamente possível 'os direitos do governo responsável' para colônias na África (Abdul-Raheem, 1996: 2). A primeira conferência pan-africana destacou principalmente a necessidade de todos os afrodescendentes se unirem para fazer campanha pelos seus direitos e sublinhou a necessidade de esclarecer a opinião pública, especialmente na Grã-Bretanha, sobre a situação da África e dos africanos. A série de congressos pan-africanos convocada por W. E. B. Du Bois entre 1919 e 1927 manteve o ímpeto desse movimento. Os delegados do continente africano eram pouco representativos e os apelos dos congressos às grandes potências para salvaguardar os direitos de todos os afrodescendentes e, especialmente, dos direitos das pessoas nas colônias, não foram atendidos. Ainda não havia uma estratégia clara que permitisse aos africanos lutar pelos seus direitos.

Tal estratégia foi apresentada no encontro "Pan-Africano" realizado em Hamburgo, Alemanha, em 1930, a primeira Conferência Internacional de Trabalhadores Negros, convocada sob os auspícios da Profintern e do Comitê Sindical Internacional Provisório dos Trabalhadores Negros. Talvez não surpreendentemente esta conferência liderada pelos comunistas identificou claramente o inimigo - "exploração capitalista e opressão imperialista" - mas foi também o primeiro encontro pan-africano a preocupar-se plenamente com a maioria da população tanto em África como na diáspora, e ver os trabalhadores e agricultores como seus próprios libertadores ao lado dos trabalhadores de todos os países. Foi o primeiro evento pan-africano a elevar a demanda por "a imediata evacuação dos imperialistas de todas as colônias" e por "completa independência



nacional e direito de autodeterminação". Foi também o primeiro desses encontros a incluir delegados de organizações de trabalhadores e agricultores na África, particularmente na África Ocidental.

A conferência de Hamburgo foi uma reunião Pan-Africana de um tipo muito diferente das organizadas por Du Bois e esteve firmemente em oposição às perspectivas oferecidas tanto pelo movimento Pan-Africano existente como pelo Garveyismo, a ideologia que foi influente em toda a diáspora e em algumas partes da África no início do século 20. A conferência de Hamburgo apontou para uma nova maneira de abordar os problemas da África, baseada na ideologia do marxismo, e abriu um caminho de luta que não poderia ser totalmente adotado na época, devido tanto à natureza subdesenvolvida do movimento anticolonial na maioria das colônias, bem como as medidas opressivas tomadas pelas autoridades coloniais. No entanto, as idéias expressas em Hamburgo foram amplamente divulgadas através das páginas da publicação do Comitê Sindical Internacional dos Trabalhadores Negros: 'Negro Worker', por uma série de organizações simpatizantes e, na Grã-Bretanha e nas colônias africanas, por indivíduos influentes, como Wallace-Johnson e Padmore. Padmore não só compareceu ao Congresso, mas também foi durante algum tempo o editor de 'Negro Worker'.

Entre 1930 e 1945, a ideologia do pan-africanismo foi amplamente desenvolvida por ativistas residentes na Grã-Bretanha, ou ligados àqueles na Grã-Bretanha pelas redes importantes que foram desenvolvidas em todo o mundo pan-africano. Estes reuniram indivíduos como George Padmore e Isaac Wallace-Johnson, que participaram na conferência de Hamburgo, bem como Jomo Kenyatta e outros. As redes uniram organizações anticoloniais e antiimperialistas na Grã-Bretanha e no Império Britânico com as dos EUA e de outros lugares. Um pan-africanismo influenciado de forma cada vez mais marxista desenvolveu-se - informado e influenciado por indivíduos como Padmore, por meio do que, em geral, foram considerados grandes avanços no desenvolvimento econômico, político e social da União Soviética. Também foi provocada por eventos como a invasão fascista da Etiópia, um evento que teve um grande impacto em toda a África e na diáspora, os boicotes agrícolas na África Ocidental e as rebeliões trabalhistas em partes do Caribe. O pan-africanismo se desenvolveu em um movimento e ideologia preocupados com as massas de pessoas nas colônias e com uma ênfase particular na futura libertação da África do domínio colonial. Foi essa forma de pan-africanismo que veio à tona nos acontecimentos de 1945.

O Congresso Pan-Africano de 1945, realizado em Manchester e considerado por muitos como um momento chave na luta anticolonial, foi amplamente organizado por Padmore e pela Federação Pan-Africana na Grã-Bretanha para aproveitar a presença de representantes de organizações de trabalhadores de países africanos e caribenhos, que estariam presentes nas duas conferências de fundação da Federação Mundial de Sindicatos (FSM) em Londres e Paris. Nessas conferências, os representantes do "trabalho pan-africano" dos países coloniais puderam participar pela primeira vez de um importante fórum internacional. Eles se uniram para exigir e acabar com o domínio colonial, mas também para fornecer sua própria visão do futuro da África. Isto foi apresentado de forma mais congênita no Manifesto sobre a África no Mundo do Pós-Guerra, assinado por todos



os líderes sindicais africanos presentes na conferência da FSM e por representantes de organizações africanas e pan-africanas na Grã-Bretanha. Entre outras coisas, exigiu que:

o atual sistema de exploração pelo qual a maior parte da riqueza da África vai para enriquecer empresas monopolistas estrangeiras e indivíduos deve ser substituído por planejamento e desenvolvimento sistemáticos pelos quais, em primeiro lugar, os próprios africanos serão os principais beneficiários da riqueza produzida (Adi & Sherwood 1998: 17).

Mas as opiniões expressas pelos delegados africanos na conferência da FSM mostram que eles também viram que o futuro da África só poderia ser garantido em um mundo em que os direitos de todas as nações fossem grandes ou pequenas e os direitos da vasta maioria da população mundial fossem afirmados e reconhecidos. Foi através das ações unidas dos trabalhadores de todos os países que eles pensaram que tal mundo poderia ser criado.

Muitos dos presentes para as conferências da FSM em Londres e Paris passaram a desempenhar um papel de liderança no Congresso Pan-Africano em Manchester, o primeiro congresso em que a maioria dos delegados representava organizações de trabalhadores e agricultores da África e do Caribe. As resoluções acordadas no encerramento do Congresso Pan-Africano de Manchester sugerem que os delegados estavam plenamente cientes de alguns dos problemas para solução em uma África que ainda estava firmemente sob o domínio colonial. As resoluções para a África Ocidental, por exemplo, incluíam a opinião de que:

a natureza democrática das instituições indígenas dos povos da África Ocidental foi esmagada por leis e regulamentos detestáveis e opressivos e substituída por sistemas autocráticos de governo que são hostis aos desejos dos povos da África Ocidental.

e,

que as divisões artificiais e as fronteiras territoriais criadas pelas potências imperialistas são passos deliberados para obstruir a unidade política de todos os povos da África Ocidental.

Enquanto em assuntos econômicos, os delegados declararam:

que quando um país é obrigado a depender de uma cultura (ex. cacau) para um único mercado monopolista, e é obrigado a cultivar apenas para exportação enquanto ao mesmo tempo seus agricultores e trabalhadores se encontram nas mãos do capital financeiro, então é evidente que o governo desse país é incompetente para assumir responsabilidade econômica por ele (Adi & Sherwood, 1998: 102-103).

Assim, mesmo em 1945, os delegados que no Congresso Pan-Africano em Manchester se preocuparam com o futuro da África e estavam plenamente conscientes de alguns dos principais problemas que precisavam ser resolvidos para trazer a libertação de todas as formas de domínio estrangeiro, e os mais clarividentes deles já estavam procurando os meios para trazer o domínio colonial para o fim e para começar a lidar com tais problemas. É interessante notar que foi logo após este congresso histórico que Nkrumah e outros formaram o WANS, aparentemente desejando aplicar ainda mais algumas das perspectivas desenvolvidas na Grã-Bretanha e



discutidas no Congresso sobre a situação na África Ocidental. O retorno de Nkrumah para a Costa do Ouro em 1947 foi uma das principais razões pelas quais a WANS não assumiu essa tarefa. Pode-se argumentar que Nkrumah e o Partido da Convenção dos Povos aplicaram posteriormente algumas das lições do Congresso de Manchester à luta anticolonial na Costa do Ouro e depois à luta pela libertação total do continente africano. O pan-africanismo foi declarado como tendo regressado ao continente africano com a convocação da primeira Conferência dos Povos Africanos no país recém-independente Ghana em 1958 e nas lutas subsequentes para estabelecer alguma forma de união continental. Essas lutas levaram à formação da Organização da Unidade Africana em 1963, desde então, continuaram e levaram à recente fundação da União Africana.

Uma forma de pan-africanismo continuou a existir em África e manifestou-se em vários organismos regionais e continentais. A fundação da União Africana foi um passo importante para o continente em suas tentativas de combater as consequências da globalização e da marginalização da África nos assuntos mundiais. No entanto, já existem sinais de que as tentativas dos países africanos de encontrar soluções para seus problemas econômicos comuns serão mais uma vez sabotadas pelas grandes potências. O movimento do Congresso Pan-Africano também continuou com um sexto congresso realizado na Tanzânia em 1974 e um sétimo em Uganda em 1994. Na Grã-Bretanha também o movimento pan-africano continuou a se desenvolver após 1945, talvez mais significativamente com a formação do Comitê de Organizações Africanas em 1958. Mas, embora o movimento pan-africano da diáspora tenha tentado elaborar muitas das ideias que existiram em forma embrionária em 1945, não se pode dizer que tenha tido um grande impacto nos eventos dentro do continente africano.

Um dos maiores impedimentos para tal elaboração foi o impacto da guerra fria. Mesmo antes de 1945, qualquer crítica radical do domínio colonial ou atividade anticolonial poderia ser rotulada como inspirada subversivamente ou comunista. Não há dúvida de que a ideia de uma União Soviética da África Ocidental ou a condenação do imperialismo e a preocupação com os sistemas econômicos e políticos centrados nas pessoas foi muitas vezes inspirada pelos desenvolvimentos na União Soviética e depois pelos da República Popular da China e de outros lugares. A partir do final da década de 1940, qualquer tentativa de introduzir tais perspectivas na luta anticolonial ou no desenvolvimento econômico e político dos estados pós-coloniais poderia ser rotulada de "comunista" ou inspirada por Moscou ou Pequim. A guerra fria foi travada na África e tornou mais difícil o desenvolvimento da moderna teoria política africana. De fato, os elementos de tal teoria foram apoiados principalmente pelas grandes potências capitalistas ou nas lutas contra os governos neocoloniais da Etiópia, às vezes apoiados pela União Soviética, onde se tornou uma necessidade desenvolver uma nova teoria e prática, o que poderia garantir que as massas das pessoas, especialmente camponeses, fossem mobilizadas e empoderadas para travar a luta de libertação nacional.



Os militantes anticoloniais nas colônias portuguesas na África e os militantes da Eritréia e da Etiópia na guerra contra os Derg foram claramente os mais bem-sucedidos no desenvolvimento dessa teoria e prática do empoderamento, a base para uma nova teoria política africana. O empoderamento dos povos criou as condições não apenas para incríveis vitórias militares contra adversidades esmagadoras, mas também para um novo tipo de estado na África e novos modelos de desenvolvimento. Em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau o desenvolvimento pós-colonial foi dificultado pelas consequências da guerra fria e da interferência externa, orquestradas pelas grandes potências (Davidson, 1992: 304-5). Também na Eritréia, o desenvolvimento político pós-independência tem sido lento. Na Etiópia, por outro lado, os princípios de participação democrática e empoderamento praticados pela primeira vez naquelas áreas liberadas pela Frente de Libertação dos Povos de Tigray parecem ter começado a ser desenvolvidos pelos governos liderados pela Frente Democrática Revolucionária Popular Etíope desde a queda de Derg em 1991 (Hammond, 1999: 435-6). Os povos da Etiópia, desde então, deram alguns passos importantes em termos de empoderamento e participação em massa. Por meio de conselhos de povos localmente eleitos, às vezes baseados em fóruns tradicionais, eles tiveram uma voz direta na constituição do país na determinação de questões como a natureza da propriedade da terra e na afirmação dos direitos das mulheres e dos direitos das nações determinação. A Etiópia também ainda tem muitos problemas a superar, mas as novas formas de democracia que desenvolveu estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento social, econômico e político no futuro.

Mas não se deve esquecer que a diáspora africana na Grã-Bretanha, originária de uma ampla gama de países da África e do Caribe, desempenhou um papel importante no desenvolvimento de um conjunto de ideias que precisavam ser mais desenvolvidas, aplicadas e extraídas da luta para pôr fim ao domínio colonial e estabelecer novas sociedades africanas pós-coloniais. Através dos vínculos que estabeleceu com organizações de trabalhadores e agricultores na África, havia a possibilidade de discussão em larga escala e maior elaboração desse corpo de ideias. Ao mesmo tempo, deve ser lembrado que a principal preocupação do movimento anticolonial naquela época era pôr fim ao domínio colonial formal e as ideias-chave sobre como isso poderia ser alcançado estavam longe de serem totalmente formadas dentro da diáspora africana, nem nos movimentos anticoloniais na África. Houve, no entanto, um reconhecimento de que aqueles na África e na diáspora precisavam forjar uma unidade mais ampla, do que aquela que poderia existir em colônias individuais ou futuros estados independentes, a fim de alcançar o que na época se referiam como 'emancipação nacional e social'. Havia alguma compreensão da importância do futuro papel das massas populares tanto na determinação do resultado da luta anticolonial como na central para o desenvolvimento das futuras sociedades pós-coloniais. Havia também alguma consciência da importância das instituições políticas tradicionais, as consequências danosas de fronteiras arbitrariamente traçadas e externamente impostas e a necessidade de rejeitar os sistemas econômicos e políticos que haviam sido impostos sob o domínio colonial. Houve também um reconhecimento da



necessidade de desenvolver redes internacionais de apoio e luta comum fora da África e da diáspora, uma compreensão de que as lutas por uma África liberada faziam parte de lutas internacionais mais amplas por um novo mundo. Como os militantes em lutas mais recentes na África, ativistas na Grã-Bretanha tentaram aplicar o marxismo e um somatório das lições aprendidas na luta para construir sociedades socialistas fora da África, para suas próprias experiências e ideias. As ideias desenvolvidas inicialmente por aqueles na África e na diáspora no século 19 forneceram tanto a base para a continuação da contínua escravização da África quanto para sua eventual libertação e desenvolvimento futuro. O caminho do nacionalismo conduziu alguns aos grilhões do Estado nacional e do eurocentrismo, enquanto uma afirmação do direito de África ao seu próprio desenvolvimento levou alguns a manter a crença na importância das instituições e soluções africanas e perspectivas pan-africanas mais amplas. A diáspora africana baseada na Grã-Bretanha durante o período colonial desenvolveu um corpo de ideias que, embora nunca completamente elaboradas, sugeriam a base para o desenvolvimento futuro da luta anticolonial e para estados pós-coloniais nos quais as preocupações da maioria tinham prioridade. Talvez seja o caso de desenvolver ainda mais essas ideias do passado, bem como da experiência mais recente no continente africano, que uma moderna teoria política africana surgirá.

Referências bibliográficas

Andul-Raheem, T (1996), 'Reclaiming Africa for Africans' in T. Abdul-Raheem (ed.), *Pan-Africanism: Politics, Economy and Social Change in Twenty-first Century*, London: Pluto.

Ackah, W (1999), *Pan-Africanism: Exploring the Contradictions - Politics, Identity and Development in Africa and the African Diaspora*, Aldershot: Ashgate.

Adi, H (1998), *West Africans in Britain 1900-60: Nationalism, Pan-Africanism and Communism*, London: Lawrence & Wishart.

Adi, H and M Sherwood (1995), *The 1945 Manchester Pan-African Congress Revisited*, London: New Beacon.

Barratt Brown, M (1995) *Africa's Choices - After Thirty Years of the World Bank*, Harmondsworth: Penguin.

Bush, Barbara (1999), *Imperialism, Race and Resistance*, London: Routledge.

Davidson, B (1992), *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation State*, London: James Currey.

Esedebe, P (1982), *Pan-Africanism: The Idea and Movement 1776-1963*, Washington, DC: Howard University Press.

Geiss, I (1974), *The Pan-African Movement: A History of Pan-Africanism in America, Europe and Africa*, New York: Africana Publishing Co.

Gilroy, P (1995), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, London: Verso.



Hammond, J (1999), *Fire From the Ashes: A Chronicle of the Revolution in Tigray, Ethiopia, 1979-91*, New Jersey: Red Sea Press.

Robeson, P (1998), *Here I Stand*, London: Cassell.

Rodney, W (1983), *How Europe Underdeveloped Africa*, London: Bogle-L'Ouverture.

Shepperson, G (1993), 'African Diaspora: Concept and Context' in J. E. Harris (ed.), *Global Dimensions of the African Diaspora*, Washington, DC: Howard University Press.

Von Eschen, P (1997), *Race Against Empire: Black Americans and Anticolonialism, 1937-1957*, Ithaca: Cornell University Press.

Walvin, J (2000), *Making the Black Atlantic: Britain and the African Diaspora*, London: Cassell.

Zack-Williams, A (1995), 'Development and Diaspora: Separate Concerns?' in *Review of African Political Economy*, Nº 65.

Sobre o autor

Hakim Adi

Professor de História da África e da Diáspora Africana, na Universidade de Chichester – Reino Unido. É membro fundador da Associação de Estudos Negros e Asiáticos em Londres. Autor de inúmeras obras, dentre as quais: “Africanos ocidentais na Grã-Bretanha 1900-1960: Nacionalismo, Pan-Africanismo e Comunismo (1998)”, “História Pan-Africana: Figuras Políticas da África e da Diáspora desde 1787 (2003)”; “Pan-africanismo e Comunismo: A Internacional Comunista, África e a Diáspora, 1919-1939 (2013)”, “Pan-Africanismo: uma história (2018)”, e outras. E-mail: h.adi@chi.ac.uk

